

À UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO (URC TM) DO
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM.

PA/CAP/Nº 708139/20

Referência: Relato de Vista que objetiva analisar o AI/nº 263658/2020, lavrado em desfavor da Bioenergética Aroeira S.A por provocar incêndio em 76,2600 hectares de Área de Preservação Permanente (APP) e provocar incêndio em 45,2300 hectares de palhada de culturas agrícolas em Tupaciguara/MG.

1. Relatório:

O processo em debate foi pautado para ser julgado na 161ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro (URC TM) COPAM, realizada no dia 11/08/2023. Na ocasião, foi requerida vista pela conselheira Maria Eduarda Rodrigues da Cunha e Gonçalves representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), Ediene Luiz Alves representante da Associação dos Produtores de Soja, Milho, Sorgo e Outros Grãos Agrícolas do Estado de Minas Gerais (Aprosoja-MG) e Jéssica Vale Freitas Moreira representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/MG).

A Bioenergética Aroeira em 16 de setembro de 2020 foi autuada por supostamente ter provocado incêndio em área de preservação permanente e área de cultivo de cana-de-açúcar e milho, nas Fazendas Santana de Minas e Santa Mônica. Pelas infrações foi imposta multa simples totalizando 78.295 UFEMGs. Posteriormente a multa foi majorada para 156.590 UFEMGs em decorrência dos Autos de Infração nº 75.005/2016 e nº 33.583/2016 terem se tornado definitivos em 25/06/2019 e 12/12/2019, respectivamente.

2. Das razões recursais

Foi apresentado recurso, acompanhado da devida documentação anexa aos autos, que demonstra que a parte recorrente não incorreu em conduta culposa ou dolosa no incêndio em questão. Tal argumento encontra-se respaldado em investigação, conforme evidenciado por Parecer Técnico de Manutenção Automotiva e Relatório de Investigação de Acidentes com Danos Materiais (fls. 129/131). Os documentos atestam de maneira conclusiva que o incêndio não teve sua origem na colhedora CASE A 8800 de frota 20107 conforme citado no Auto de Infração. Ademais, foi inclusa uma Declaração acompanhada de Anotação Técnica de Responsabilidade (ART) (fls. 132/133), datada de janeiro de 2021, enfatizando categoricamente que o incêndio não resultou de qualquer deficiência mecânica, elétrica ou hidráulica manifestada na referida colhedora. Portanto, o evento se configurou como um incêndio de causa indeterminada, agravado pelas adversas condições climáticas e topográficas vigentes no momento.

Além disso, no âmbito do recurso, foi apresentada documentação que demonstra que a parte recorrente realiza regularmente treinamentos em conformidade com a Norma Regulamentadora NR 31 (fls. 136/144), destinados aos colaboradores envolvidos na mecanização agrícola. O conteúdo programático desses treinamentos abrange análise dos riscos envolvidos, protocolos a serem seguidos em situações emergenciais e diretrizes voltadas para as melhores práticas em relação ao meio ambiente.

Nos termos do art. 93 da Lei 20.922, de 16 de outubro de 2013, é necessário o estabelecimento de nexos causal na verificação das responsabilidades por infração pelo uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares, vejamos

§ 4º Na apuração da responsabilidade por infração pelo uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares, a autoridade competente para fiscalização e autuação deverá comprovar o nexo de causalidade entre a ação do proprietário ou preposto e o dano efetivamente causado.

§ 5º É necessário o estabelecimento de nexos causal na verificação das responsabilidades por infração pelo uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares.

Tendo em consideração tal cenário, torna-se incontestável que não subsiste qualquer fundamentação para imputar culpa quanto a causa do incêndio. As evidências documentadas demonstram a ausência de qualquer indício mínimo que possa sugerir a culpabilidade da parte autora, seja por atos de imperícia, imprudência ou negligência no

exercício de suas atividades; inclusive, o incêndio causou prejuízos para a atividade. Solicita-se, portanto, o cancelamento do Auto de Infração nº 263658/2020.

3. Do arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO)

Em 26 de setembro de 2021 foi lavrado em desfavor da empresa o TCO relacionado ao incêndio abordado no presente processo, imputando à empresa responsabilidade penal ao incidente em questão. No entanto, devido à compilação de todos os documentos apresentados, conforme Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 0696.21.000012-6 (fls. 152/155), o processo foi arquivado, fundamentado nos seguintes argumentos:

“A empresa comprovou que está com suas atividades devidamente licenciadas; a operadora da máquina colhedora devidamente capacitada; a máquina colhedora estava devidamente revisada e com as manutenções em dia; que havia próximo ao local equipe de segurança com caminhão pipa; que no dia dos fatos havia severa restrição climática e, ainda, adotou, na medida do possível, todas as medidas para a debelar o fogo.”

4. Da retificação do valor da multa

Ainda que a consideração sobre a inexistência de responsabilidade sob perspectiva administrativa não tenha sido acatada pelo órgão, é imperativo destacar a necessidade de revisão da multa simples aplicada para um total de 88.592 UFEMGs, em virtude do fato de que o mapeamento técnico pela empresa com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) (fls. 149/150), oferece sustentação para a retificação da área de extensão do incêndio que abrangeu 53,08 hectares de Área de Preservação Permanente (APP) e 40,80 hectares de áreas cultivadas.

Memória de Cálculo:

Incêndio em Culturas (Código 314-A, anexo III, Decreto 47.383/2018)

$40,80 \text{ ha} \times 350 = 14.280 \text{ UFEMGs}$

Incêndio em APP (Código 314-D, anexo III, Decreto 47.383/2018)

$53,08 \text{ ha} \times 1.400 = 74.312 \text{ UFEMGs}$

5. Das considerações finais

Ante todo o exposto, verifica-se que a decisão proferida pelo órgão deixa de apreciar os documentos comprobatórios apresentados pela Bioenergética Aroeira em defesa. Sendo assim, somos favoráveis ao cancelamento do Auto de Infração nº 263658/2020. Caso mantida a penalidade, requeremos a correção do valor apresentado para 88.592 UFEMGs, com a incidência da atenuante já admitida pela Diretoria de Controle Processual.

É o parecer.

Uberlândia, 06 de setembro de 2023.

Maria Eduarda Rodrigues da Cunha e Gonçalves

Representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
(FIEMG)

Ediene Luiz Alves

Representante da Associação dos Produtores de Soja, Milho, Sorgo e
Outros Grãos Agrícolas do Estado de Minas Gerais (Aprosoja-MG)

João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes

Representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
Gerais (FAEMG),

Jéssica Vale Freitas Moreira

Representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/MG).